

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA BETÂNIA DE ALENCAR RODRIGUES MOURA

**REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UMA ALUNA COM
SÍNDROME DE DOWN NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

PICOS

2014

MARIA BETÂNIA DE ALENCAR RODRIGUES MOURA

**REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UMA ALUNA COM
SÍNDROME DE DOWN NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para conclusão do curso.

Orientador: Prof^o. Me. Alex Sandro Coitinho Sant'Ana

Eu, **Maria Betânia de Alencar Rodrigues Moura**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 10 de março de 2014.


Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M929r Moura, Maria Betânia de A. Rodrigues.
Reflexões sobre a trajetória escolar de uma aluna com Síndrome de Down no primeiro ano do ensino fundamental / Maria Betânia de A. Rodrigues Moura. – 2013.

CD-ROM ; 4 ¾ pol. (47 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. MSc. Alex Sandro Coitinho Sant'Ana

1. Síndrome de Down. 2. Aprendizagem. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 371.3

MARIA BETÂNIA DE ALENCAR RODRIGUES MOURA

REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UMA ALUNA COM
SÍNDROME DE DOWN NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

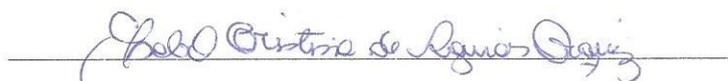
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Aprovada em: 26 de Fevereiro de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profº. Me. Alex Sandro Coitinho Sant'Ana – Orientador
UFPI



Profª. Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
UFPI



Profª. Esp. Natália de Almeida Simeão
UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e seis (26) dias do mês de fevereiro de 2014, na sala 801, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **Maria Betânia de Alencar Rodrigues Moura** sob o título “**Reflexões sobre a trajetória escolar de uma aluna com síndrome de Down no primeiro ano do ensino fundamental**”.

Banca constituída pelos professores:

- **Alex Sandro Coitinho Sant'Ana** – UFPI – Orientador
- **Isabel Cristina de Aguiar Orquiz** – UFPI – Examinador
- **Natália de Almeida Simeão** – UFPI – Examinador

Deliberou pela aprovção da candidata, tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 10,0.

Picos (PI) 26 de fevereiro de 2013.

Orientador: Alex Sandro Coitinho Sant'Ana

Examinador: Natália de Almeida Simeão

Examinador: Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Dedico este trabalho, a minha amada mãe Antônia Augustinha de Alencar pelo seu amor incondicional e paciência, a D. Madalena pelo seu incentivo permanente em todos os momentos da minha vida, a meu filho Marcos Paulo Filho pelo apoio e companheirismo, ele é meu alicerce nos momentos de dificuldade, aos meus professores que dispuseram tempo e dedicação na minha formação, enfim a todos os meus amigos e familiares que sempre estiveram ao meu lado apoiando e dando força.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

Paulo Freire.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

Nessa oportunidade quero agradecer a Deus primeiramente, pela vida e pela oportunidade de chegar até aqui. Obrigada senhor por essa vitória. Gostaria de dizer também muito obrigada mamãe por ter me dado a oportunidade de ser sua filha e ser amada por você da forma como me ama, obrigada pelo seu carinho, dedicação e apoio durante a minha vida toda e principalmente durante esses cinco anos em que estive estudando e que tantas vezes precisei da senhora para cuidar do meu filho e de mim. Agradeço a D. Madalena por ter me incentivado a continuar estudando, a Tayrine pelos puxões de orelha para fazer o vestibular, e por nunca ter deixado de acreditar em mim, ao meu filho Marcos Paulo pelo apoio, paciência, ajuda quando precisei, aos meus queridos Renária e Donald que estiveram ao meu lado em momentos muito difíceis da minha vida, e pela linda afilhada que me deram, a Lara Maria. As minhas amigas de curso que formam o meu grupo Silvana, Agna, Patrícia, Rosilândia, Aparecida e Nádia que dividiram comigo momentos de dificuldades, mas também de alegria, e por compartilharem seus saberes comigo e principalmente pelo companheirismo. A Debora Almeida amiga de curso que também dividiu comigo seus saberes e sua alegria, obrigada amiga pelo seu carinho e força. Gostaria de agradecer aos meus irmãos que são os meus amores, meu porto seguro, agradecer às minhas companheiras de trabalho que tantas vezes me aguentaram de mau humor quando estava acarretada de atividades da universidade, e por todo o apoio que me proporcionaram sempre, ao meu professor orientador Alex Sandro Coitinho Sant'Ana, pela sua paciência e dedicação, e ao Karmesson de O. Batista, pela força, pelo companheirismo, paciência, pelos sorrisos que foram possíveis com a sua ajuda, obrigada por tudo.

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo compreender as possibilidades que a escola de Ensino Regular oferece para a inclusão de uma aluna com Síndrome de Down, buscando conhecer as atividades educativas realizadas na sua aprendizagem e o relacionamento que estabelecia com a comunidade escolar. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede Municipal de Educação na cidade de Picos-PI. Para sua elaboração foi necessária à realização de uma pesquisa fenomenológica. A coleta de dados ocorreu a partir da elaboração e aplicação de questionários contendo perguntas destinadas a quatro professores, aos pais da aluna e também à diretora e coordenadora da escola, também foi utilizado um diário de campo. Foram recolhidos e analisados materiais bibliográficos bem como documentos relacionados ao tema em questão, a LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à inclusão de pessoas com deficiência. O estudo infere que a escola não oferece meios facilitadores para o crescimento educacional da aluna com Síndrome de Down. Conclui-se que a capacitação de professores na área de Educação Especial ainda se encontra defasada, e ausente, e também que a escola deve passar por uma reforma estrutural tanto física como no corpo de funcionários, para que haja mais recursos e materiais adequados para melhor atender os alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Aprendizagem. Inclusão.

ABSTRACT

The main goal of this project is to understand the possibilities regular schools offer for the inclusion of a student with Down Syndrome, seeking to know and understand the educational activities used in her learning process and her relationship with the school community. The research was conducted in a public school in Picos, Piauí. A phenomenological research was necessary for its elaboration. The data collection was done from the elaboration and application of surveys with direct questions to four teachers, to the student's parents and also to the school principal and coordinator and also the use of a field journal. Bibliographic materials and documents related to the topic were collected and analyzed, LDB and National Curriculum Guidelines referring to the inclusion of disabled people. The study infers that the school does not offer enablers for the educational growth of the student with Down Syndrome. It is concluded that the capacitation of teachers in the special needs education area is outdated, and sometimes absent, and also that the school must undergo a structural reform, not only physical but also in its body of employees, so there are more adequate resources and materials to better attend the students with special needs.

Keywords: Down Syndrome. Learning. Inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: Do fluxograma para desenvolvimento de ajudas técnicas	28
ILUSTRAÇÃO 2: Do Dominó das cores	30
ILUSTRAÇÃO 3: Do Dominó com figuras geométricas	30
ILUSTRAÇÃO 4: Dos cartões com símbolos	31
ILUSTRAÇÃO 5: Das letras em madeira e número em EVA, em fita com velcro	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Dos Recursos Pedagógicos de Tecnologia Assistiva	27
TABELA 2: Do Delineamento dos aspectos do fluxograma para desenvolvimento de ajudas técnicas	28

LISTA DE SIGLAS

SD: Síndrome de Down.

LDB: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MÉTODOS UTILIZADOS PARA PRODUÇÃO DA PESQUISA	16
3 OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	18
4 REFLEXÕES SOBRE OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR	21
4.1 Declaração de Salamanca	22
4.2 A educação escolar da pessoa com Síndrome de Down	24
4.3 Estratégias de ensino para alunos com Síndrome de Down	25
5 REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS COLETADOS NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	33
5.1 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados aos professores	33
5.2 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados aos pais	39
5.3 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados às Diretora e Coordenadora Pedagógica	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
7 REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade da educação escolar definida pela LDB Lei nº 9.394/96 que permeia todas as etapas e níveis de ensino, garantindo aos alunos com necessidades educacionais especiais o direito de acesso e permanência no sistema regular de ensino.

Esta é uma modalidade educativa que envolve processos, estratégias, procedimentos e recursos diversos, organizados de modo a favorecer a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais. Essas características da criança especial são significativamente distintas dos seus demais colegas e requerem uma abordagem pedagógica adaptada viabilizando a aprendizagem efetiva na escola.

Por esse motivo, a presente pesquisa torna-se importante pela necessidade de ampliar o conhecimento relacionado ao processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino. O estudo teve como principal objetivo compreender as possibilidades que a escola oferece para a inclusão da aluna Marina que possui Síndrome de Down buscando conhecer as atividades educativas realizadas na aprendizagem da aluna e o relacionamento que estabelecia com a comunidade escolar.

Esta pesquisa Fenomenológica proporcionou um contato direto com essa aluna com Síndrome de Down, com idade de sete anos, estudante do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Picos – PI.

Foram recolhidos e analisados materiais bibliográficos para o referencial teórico como: Garcia (2009), Brasil (2005), Brasil (2006), Jönsson (1994), UNESCO (1994), Nascimento (2006), Rocha (2008), Bissoto (2005). Que serviram como apoio teórico para a estruturação da fundamentação, bem como a leitura de documentos relacionados ao tema em questão, a LDB Lei nº 9.394/96 e Diretrizes Curriculares Nacionais, referentes à inclusão de pessoas com deficiência.

Foi realizado o acompanhamento do cotidiano escolar da aluna com SD, conhecendo seus hábitos e sua rotina. A pesquisadora em questão conheceu Marina no ano de 2013 durante o período de estágio curricular obrigatório do curso de Pedagogia no terceiro ano do Ensino Fundamental pela qual se encantou e viu na mesma à oportunidade de ampliar seus conhecimentos educacionais mediante a Educação Inclusiva. Os nomes citados na presente pesquisa referentes à aluna e a escola são nomes fictícios pela necessidade de não expor a menina ou a instituição na qual fazia parte

No primeiro Capítulo será abordado os Paradigmas da Educação Especial e Inclusiva. Já no segundo Capítulo há uma discussão sobre Integração e Inclusão Educacional, como definir cada. No terceiro Capítulo o estudo apresenta uma análise feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados através de questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa e também observações diárias no cotidiano da aluna com SD.

2 MÉTODOS UTILIZADOS PARA PRODUÇÃO DA PESQUISA

Para a elaboração do presente trabalho foi necessária a realização de uma pesquisa fenomenológica devido a importância que se tem ao assunto em questão, uma vez que esse tipo de pesquisa procura descrever e entender os fenômenos que ocorrem à percepção .

A pesquisa fenomenológica busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito formulado com base em suas experiências. Seu objetivo é, portanto, o próprio fenômeno tal como se apresenta à consciência, ou seja, o que aparece, não o que se pensa ou se afirma a seu respeito (GIL 2010, p. 39).

Um estudo com base na pesquisa fenomenológica, segundo Gil (2010, p. 39), “a atenção do pesquisador volta-se, portanto, para a relação sujeito-objeto, o que implica a extinção da separação entre sujeito e objeto”. Por esse motivo, essa modalidade de pesquisa, conforme Gil (2010, p. 39), “[...] constitui muito mais como uma postura, um modo de compreender o mundo, do que como uma teoria, um modo de explicá-lo”.

Foram recolhidos e analisados materiais bibliográficos que serviram como apoio teórico para a estruturação da fundamentação, bem como a leitura de documentos relacionados ao tema em questão, a LDB Lei N°9394/96 e Diretrizes Curriculares Nacionais, referentes à inclusão de pessoas com deficiência.

Para a coleta de dados necessários para a pesquisa foram elaborados e aplicados questionários contendo perguntas destinadas a quatro professores sendo eles (o de Informática, Educação Física, Ensino Religioso e a professora titular da aluna com Síndrome de Down) onde apenas um não teve retorno. Também ocorreu a aplicação de questionários aos pais da aluna e também à diretora e coordenadora da escola.

Além dos questionários, também foi utilizado um diário de campo para descrever e acompanhar a trajetória da aluna com Síndrome de Down no cotidiano escolar, observando o seu relacionamento com os outros alunos, com os professores e funcionários em geral da escola, tendo em vista o respeito pela mesma.

A pesquisadora foi bem recebida pela escola, representada pela diretora e coordenadora, onde se dispuseram a contribuir com a pesquisa, deixaram o espaço e todo seu corpo de funcionários a disposição.

Logo ao primeiro contato pode-se perceber que a escola não possuía material ou espaço apropriado para trabalhar com alunos com deficiência, mas a instituição está sempre aberta para recebê-los. Este contato inicial foi um pouco tenso, pois havia a preocupação com

a recepção da aluna com SD sendo que a presença de uma estranha em sua sala e lhe acompanhando em seus afazeres poderia causar alguma timidez.

Apesar desse receio a pesquisa pôde se desenvolver de forma tranquila, pois a aluna acolheu a pesquisadora de forma amigável e não modificou seus atos por conta da sua presença, ao qual foi possível perceber que Marina gostava de ter a sua atenção.

A primeira etapa da pesquisa realizada foi observação de campo que visou acompanhar a trajetória da aluna com Síndrome de Down no cotidiano escolar, observando o seu relacionamento com os outros alunos, com os professores e funcionários em geral da escola, tendo em vista ao que diz respeito à Inclusão Escolar.

Além do supracitado objetivo principal da pesquisa, foi necessário também, a fim de se atingir a intenção, assistir seu desempenho ao realizar as atividades a ela proposta, e ver a reação dos professores e colegas de turma ao deparar se com suas respostas, saber se foram feitas adaptações às atividades a ela propostas, registrado em um diário de campo.

Para esse contexto a pesquisa teve o intuito de compreender as metodologias de ensino que eram utilizados pelos professores sendo avaliada sua influência na inclusão escolar da criança. Foi observada a aprendizagem da aluna ao deparar-se com as atividades propostas pelos professores.

Já a segunda etapa da pesquisa consistiu na aplicação de questionários aos professores e aos pais da aluna Marina. E por último foi aplicado um questionário à diretora e a coordenadora pedagógica da escola na qual Marina (aluna) era matriculada.

Esses instrumentos de pesquisa tiveram como objetivo o auxílio no esclarecimento de dúvidas que permeiam e permeavam a pesquisa em questão, assim como a opinião dos mesmos, sobre a inclusão da aluna Marina, e os métodos de avaliação utilizados para com a mesma.

3 OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Educação Especial segundo Januzzi (2006), tem seu marco na década de 1970 onde pela primeira vez foi criado um órgão, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) para definição de metas específicas onde haveria uma ação política mais efetiva, que poderia organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade.

A modalidade Educação Especial é o ramo da Educação Escolar que se ocupa do atendimento educacional de pessoas com deficiência. No capítulo V, artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), “diz que Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Propõe-se neste momento uma breve consideração sobre a evolução do princípio da educação ao longo das LDBs. De acordo com o que está expresso no art. 1º da LDB nº 4.024/61, os fins da educação nacional refletem os ideais de liberdade, solidariedade e valorização do homem. Ao que segue na LDB nº 5.692/71, no seu art. 1º estabelece-se o ensino de 1º e 2º graus tendo por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Já na LDB nº 9.394/96, artigo 1º enfatiza a educação abrangente nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Hoje em dia através dos meios de comunicação é possível notar que a quantidade de crianças com deficiência tem aumentado nas escolas da rede de Ensino Regular do Brasil, isso pode estar ocasionado devido a uma divulgação maior dos direitos garantidos por leis específicas, e também um despertar das famílias para que a inclusão social incida na vida das pessoas com necessidades especiais, para que elas possam tomar parte ativa na sociedade.

Apesar do aumento de crianças com deficiência nas escolas regulares e a tentativa dos governantes de incluírem os mesmos na sociedade, ainda nota-se uma grande discriminação e exclusão, como afirma (MACIEL apud. SANTOS, 2009) “hoje no Brasil milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho”.

No caso desta pesquisa problematiza-se sobre a importância de inclusão da pessoa com síndrome de down na educação escolar, pois a inclusão escolar no Brasil tem sido compreendida pelos órgãos públicos como política de ensino direcionada às pessoas com deficiência e que se encontram à margem da sociedade, excluídas do sistema regular de ensino.

O artigo 59 da LDB 9.394/96 ressalta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Entende-se, portanto, que a lei garantirá todo o suporte necessário para a inserção destes alunos com deficiência em escolas regulares de ensino, como também fazer valer os seus direitos como cidadãos.

No entanto, há nesta pesquisa o intuito de verificar no currículo praticado no cotidiano escolar se a lei está sendo devidamente seguida, se há algum tipo de acompanhamento por meio dos órgãos responsáveis e se há estrutura e materiais didáticos disponíveis que permitem o cumprimento básico da lei.

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1990) defendeu que a educação básica nos diferentes países teria como foco o desenvolvimento de habilidades e competências, numa lógica das necessidades básicas de aprendizagem. Frente às mudanças no mundo do trabalho, na virada do século, agências do porte do Banco Mundial (2000) e da Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE, 2001) afirmaram em suas publicações que a educação deve formar para uma cidadania democrática, participativa e inclusiva (GARCIA, 2009, p. 11).

A inclusão de crianças com deficiência na Educação Especial implica em uma mudança de paradigma educacional, no qual requer uma nova organização de práticas

escolares, tais como planejamentos, currículo, formação de turmas, avaliação, gestão do processo educativo.

Grande parte dos professores de escolas regulares acreditam que a metodologia de Ensino Individualizada é o mais adequado para atender as necessidades escolares de alunos com deficiência, em especial as crianças com Síndrome de Down. “O atendimento educacional especializado é o atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular” (BORTOLI; SANTOS; NASCIMENTO, 2008, p. 2).

Já os outros professores por sua vez, acreditam que o ensino escolar especializado é o ideal para os alunos com deficiência e que só alguns deles, os menos problemáticos, poderiam frequentar as salas de aula de ensino regular nas escolas comuns.

Desse modo, o ensino se baseia em propósitos e procedimentos que decidem naquilo em que o aluno esteja necessitando para a sua adaptação, funcionando também como um processo de aprendizagem.

Segundo a obra *Ensaio Pedagógicos* (BRASIL, 2006, p. 14):

Os ambientes especializados, travestidos de escolas comuns, jamais serão inclusivos e compatíveis com o papel social e educacional das escolas comuns, lugar de preparação das gerações mais novas para fazer a passagem do meio familiar para o público, espaço social em que se encontram, indistintamente, alunos/pessoas, os mais diferentes, com e sem deficiências. E ainda cabe perguntar: de que inclusão educacional nós estamos falando, quando retiramos uma pessoa de seu lar ou de uma escola comum para inseri-la em um ambiente educacional à parte? Com tudo isso há ainda os que insistem em defender que essa inclusão é verdadeira...Que motivos alimentam a dificuldade de se desobstruírem os caminhos que nos levam à uma escola para todos, como aqui nos referimos? O que tem impedido o processo de construção de uma escola inclusiva, que, em função do ensino que ministra, não discrimina, nem mesmo quando diferencia pela deficiência, ao oferecer um atendimento especializado complementar para os que dele necessitam?

Os ambientes especializados devem fazer parte da trajetória educacional das pessoas com deficiência, mas não deve ser a sua única opção, pois a partir do relacionamento com o grupo de pessoas considerado pela sociedade * “normal” proporcionará a sua inclusão na vida social. Sendo assim escolas de qualidade são aquelas que têm espaços educativos onde lapidam as personalidades autônomas e críticas das crianças e jovens.

Nesses ambientes educativos, ensinam-se aos alunos a valorizar as suas diferenças pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima social e afetivo das relações determinadas em toda comunidade escolar sem tensões competitivas, mas com espírito solidário e participativo.

*Normal não é um termo considerado correto, nem mesmo deve ser utilizado, pois dessa forma estaríamos afirmando que as pessoas com deficiência são anormais.

4 REFLEXÕES SOBRE OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

A Inclusão Educacional é um processo abrangente, envolvendo atuação junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e atos também junto à sociedade. A ideia da inclusão prevê influências decisivas tanto no processo de desenvolvimento da pessoa quanto no processo de reajuste da realidade social. Com isso atua no sentido de nelas causar as adequações necessárias para que a pessoa com necessidades educacionais especiais possa contrair condições de acesso na convivência social.

De acordo com a obra *Ensaio Pedagógico* (BRASIL, 2005, p. 7):

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas.

Muitos pensam que a inclusão escolar é para os jovens em situação de deficiência, pelo contrário, ela deve atender todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Assim o aluno sente-se parte desse ambiente, do convívio escolar, dos programas, das aulas, das atividades e entre outros contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidades de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

A escola inclusiva deve atender a demanda tanto de pessoas com necessidades educativas especiais quanto a pessoas comuns, já que é no ambiente escolar onde se forma cidadãos democratizados. Assim a escola inclusiva torna-se um modelo padrão de qualidade, propondo um modo de organização do sistema que estima as necessidades dos alunos.

Deve haver flexibilidade curricular sem abandonar sua ideia já desenvolvida podendo fazer adaptação ao currículo transformando-o para contemplar as diferenças individuais de cada aluno.

A necessidade de modificar a pessoa com dificuldades educacionais especiais é uma característica do conceito de Integração Educacional, onde de maneira em que a pessoa pudesse vir a se identificar com os demais no meio social para então poder ser inserida na convivência em sociedade.

Sobre a Integração Educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais em base nos *Ensaio Pedagógico*, (BRASIL, 2005, p. 7) enfatiza:

A integração educacional tem constituindo-se e constitui-se num movimento fundamental para tornar efetivos os direitos dos meninos e meninas com deficiência, a fim de educarem-se em contexto normalizado que assegure uma melhor integração na sociedade. Em consequência, o principal argumento em defesa da integração tem a ver com uma questão de direitos e com critérios de justiça e igualdade. Por outro lado, diferentes estudos têm mostrado que se a integração é realizada em condições adequadas, beneficia não somente aos alunos integrados, como também aos demais alunos, uma vez que aprendem com uma metodologia mais individualizada, dispõem de mais recursos e desenvolvem valores e atitudes de solidariedade, respeito e colaboração.

Sobre a Integração e a Inclusão Jönsson (1994) diz para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim em adaptar a sociedade às pessoas.

4.1 Declaração de Salamanca

No período de 7 a 10 junho de 1994 na cidade de Salamanca, Espanha, aconteceu uma assembleia onde reuniu os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial em prol dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Conforme consta na obra Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção:

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, [...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Acção em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (UNESCO, 1994, p. 8).

A obra Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), apresenta termos propostos pelos delegados onde eles acreditam que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

É importante ressaltar os termos propostos pelos delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, uma vez que essa modalidade de ensino tem ganhado bastante repercussão entre as nações envolvidas na Declaração de Salamanca.

Assim concedem a “atribuição da mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais”.

Há também participações de comunidades internacionais, governos que possuem programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, em especial os fiadores pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial as quais foram congregadas, como afirma a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. X, XI):

- Endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;
- As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF:
 - a reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial;
 - organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviço nos países;
 - a reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva;
 - UNESCO, enquanto a agência educacional das Nações Unidas;
 - a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros;
 - a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidade educacionais especiais.
 - a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração.
 - a mobilizar FUNDOS através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo. 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

Os Fatores Relativos à inclusão de alunos com deficiência na Escola com base na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 21), evidenciam que:

O desenvolvimento de escolas inclusivas que atendem um número elevado de alunos, tanto nas áreas rurais como urbanas pressupõe: a articulação duma política forte e precisa no referente à inclusão, com uma dotação financeira adequada; uma campanha eficaz de informação do público destinada a combater os preconceitos negativos e a promover atitudes informadas e positivas; um programa extensivo de orientação e formação de pessoal; e a disponibilização dos serviços de apoio necessários.

Por isso, é necessário que haja mudanças precisas para o progresso das escolas inclusivas em seus âmbitos curriculares, pedagógicos, de avaliação, ética escolar e atividades extraescolares, com uma contribuição da parte da sociedade.

A maioria dessas mudanças necessárias não se relaciona com a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, antes fazem parte duma reforma educativa mais ampla que aponta para a promoção da qualidade educativa e para um mais elevado rendimento escolar de todos os alunos.

A Declaração Mundial sobre Educação (UNESCO 1994), para todos acentuou a necessidade de um método de ensino que seja focado na criança, visando o sucesso educativo de todas elas. A adoção de sistemas mais flexíveis e mais versáteis, capazes de melhor atender às diferentes necessidades das crianças, contribuirá quer para sucesso educativo, quer para a inclusão.

4.2 A educação escolar da pessoa com Síndrome de Down

Para iniciarmos qualquer discursão sobre educação para a pessoa com a deficiência de Síndrome de Down é necessário conhecermos um pouco sobre a mesma. De acordo com (NASCIMENTO, 2006, p. 1) “a Síndrome de Down é um conjunto de sinais e sintomas que caracterizam um atraso no desenvolvimento das funções motoras e mental”. A mesma também fala que o diagnóstico sobre essa deficiência somente foi estabelecido em 1959 quando o cientista francês Jerome Lejeun, ao estudar cromossomos de pessoas com síndrome verificou que, ao invés de terem 46 cromossomos por células agrupados em 23 pares, tinham 47 cromossomos, um a mais no par de número 21.

Conhecendo um pouco sobre a síndrome é importante para a presente pesquisa ressaltar o que Nascimento (2006) fala sobre as características da linguagem: Problemas na aquisição e desenvolvimento da linguagem são e podem ser associados a fatores físicos, orgânicos, ambientais e comportamentais. Uma das características das pessoas com síndrome de Down é o chamada de “atraso da fala”, essa distinção normalmente ocorre no início nos primeiros anos da criança, na fase da aquisição da fala, ou em outros casos, no decorrer do processo de seu desenvolvimento, ocasionando um ritmo mais lento do que a população normal.

Pesquisas recentes apontam que o desenvolvimento fonológico e linguístico de crianças com síndrome de down apresentam dificuldades parecidas às de crianças normais em seu desenvolvimento.

De acordo com Strzulla (apud NASCIMENTO, 2006, p. 3)

Num estudo de 40 crianças portadoras de síndrome de down, observadas num período de três anos, com unidade e QI variáveis, analisando a fala em termos de palavras, frases ou sentenças, relatou algumas dificuldades apresentadas pelas crianças na produção das consoantes fricativas (f,v,th), africadas (ch, j) e velares (k,g), além das dificuldades iniciais para emitir os sons “r” e “l” e grupos consonantais. Estas dificuldades, todavia, costumam ocorrer frequentemente nas crianças de desenvolvimento normal.

As dificuldades das crianças na fala podem ser rompidas se houver um adulto com experiência para fazer a relação entre a sua fala e a da criança, fazendo com que haja entendimento entre os mesmos.

É importante ressaltar que qualquer tipo de dificuldade para a criança considerada normal já é um desafio em sua vida, mas não é comparado à criança com Síndrome de Down, pois esta necessita de cuidados especiais para cumprir com suas tarefas cotidianas.

Assim vemos em Ramos (2008), uma necessidade de um cuidado especial, ao qual deve-se ter em relação à interação e a comunicação com essas crianças, procurando utilizar a fala através de sinais, gestos e símbolos gráficos, pois quando são utilizados imagens e gestos na comunicação, ela pode contribuir para a aprendizagem do aluno.

Cabe ao educador esse processo de ensino-aprendizagem que deve ocorrer de forma moderada, visto que quando uma informação é absorvida pela criança com SD, as chances dela se esquecer são mínimas, o que torna o processo moderado, lento e gradual compensatório.

Rocha (2008), afirma que a aprendizagem dessas crianças deve estar baseada também no uso de materiais que possam ser manipulados por elas e que podem ser usados como uma base no ensino: número e letras de plástico, quadros numerados, computadores e outros.

Ainda apoiado na teoria de Rocha (2008), fica claro que o professor deve buscar relacionar a criança com Síndrome de Down com a realidade vivida por ela, preparando-a para agir efetivamente na sociedade na qual ela pertence. Diante disso fica claro a necessidade de inovações e adaptações para a didática utilizada em sala de aula principalmente no que se diz respeito à Educação Especial.

4.3 Estratégias de ensino para alunos com Síndrome de Down

Os recursos pedagógicos são meios utilizados para que o professor possa alcançar seu objetivo no processo de aprendizagem da criança com Síndrome de Down.

“[...] a definição de recurso que adotamos se assemelha mais a um estímulo concreto que possa ser manipulável. Além disso, esse estímulo deverá ter uma finalidade, ou seja, deverá a esse estímulo ser atribuída a finalidade pedagógica. Essa definição engloba diversos materiais desde que estes sejam objetos físicos, concretos, manipuláveis e utilizados com finalidade pedagógica” (BRASIL, 2007, p. 8).

Crianças com Síndrome de Down possuem dificuldades para desenvolver habilidades de leitura e escrita. Segundo Piaget, (1978, apud BRASIL, 2007 p. 11) “[...] a criança aprende ao executar ações sobre os objetos, incorporando, assimilando ou acomodando seu conhecimento”.

Esse processo torna-se mais acessível quando a criança vivencia, interage e experimenta novas metodologias para seu melhor desenvolvimento, “assim, o material pedagógico deverá atender aos objetivos de ensino estabelecidos e atender às características potenciais (motoras, físicas, cognitivas, etc.)”, (BRASIL, 2007 p. 20).

É perceptível que ao utilizar recursos didáticos adaptados para crianças especiais há a necessidade de um profissional capacitado acompanhando seu desenvolvimento, realizando intervenções quando necessário:

Foreman e Crews (1998), (apud. BISSOTO, 2005, p. 85), que partem princípio de que as crianças portadoras de Síndrome de Down compreendem mais do que conseguem expressar, contestam esse pontos. Sua argumentação é a que as crianças que foram expostas ao uso de sistemas de comunicação alternativos/aumentativos, concomitantemente ao uso da linguagem oral, mostraram-se menos frustradas em suas relações interpessoais e de aprendizagem por conseguirem expressar melhor desejos e pensamentos, além de terem enriquecido sua linguagem básica com novos conceitos.

Foreman e Crews (1998) defendem o uso desses sistemas, pois permite que a criança possa alcançar uma intervenção comunicativa de melhor qualidade junto ao seu meio, possibilitando e encorajando-a a estabelecer-se nesse meio com maior propriedade.

Cada caso deve ser estudado com muita atenção para que sejam aplicados recursos e estratégias de ensino adequado para a criança com Síndrome de Down, tendo como objetivo centrado à atender as necessidades educacionais dos alunos e promover sua inclusão nas classes comuns de ensino regular.

Os recursos Pedagógicos podem ser utilizados também para avaliar o desempenho escolar da criança e no ensino. Dentre os recursos pedagógicos temos os equipamentos ou aparatos que auxiliam no desempenho de alguma atividade o qual definimos tecnologia assistiva. Ao todo são 10 categorias. O quadro a seguir apresenta esta classificação e alguns exemplos de recursos:

CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLOS
1. Elementos arquitetônicos	Barras para o apoio em paredes, vasos sanitários, fechaduras, torneiras, rampas, elevadores, pisos, etc.
2. Elementos Sensoriais	Recursos ópticos, auditivos, sistemas de comunicação alternativa ou complementar, aparelho de amplificação sonora, etc.
3. Computadores	Hardware, Software
4. Controles Ambientais	Acionadores para cortinas, acionadores para diminuir ou aumentar luminosidade, acionadores para tv e som, etc.
5. Vida Independente	Adaptações para alimentação, vestuário adaptado, dispositivos para auxiliar na higiene pessoal.
6. Mobilidade	Carros adaptados, carrinhos especiais, andadores, bengalas, muleta, cadeiras de rodas, etc.
7. Próteses e Órteses	Abdutor de joelho, perna mecânica, etc.
8. Recreação / Lazer / Esporte	Brinquedos, equipamentos para recreação e lazer, pesca, etc.
9. Mobiliário Modificado	Mesas, cadeiras, camas, etc.
10. Serviços de Tecnologia Assistiva	Serviços de agência de empregos.

TABELA 1 – Recursos Pedagógicos de Tecnologia Assistiva.

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portal de Ajudas Técnicas.** Recursos Pedagógicos II. Brasília: ABPEE – MEC, 2007.

Como podemos notar no quadro acima os aparatos utilizados como forma de auxílio no cotidiano das pessoas com deficiência podem estar em todos os setores do cotidiano vivido por elas. Para essa pesquisa torna-se importante os equipamentos que podem ser utilizados

em sala de aula e na estrutura física da escola. Como o mobiliário, os recursos para recreação, os computadores, etc.

O processo de ensino pode ser desenvolvido inteiramente para entender a situação que envolve o aluno, gerando ideias, escolhendo alternativas viáveis, representando ideias, construindo o objetivo para experimentação, avaliando e acompanhando o uso do objetivo.

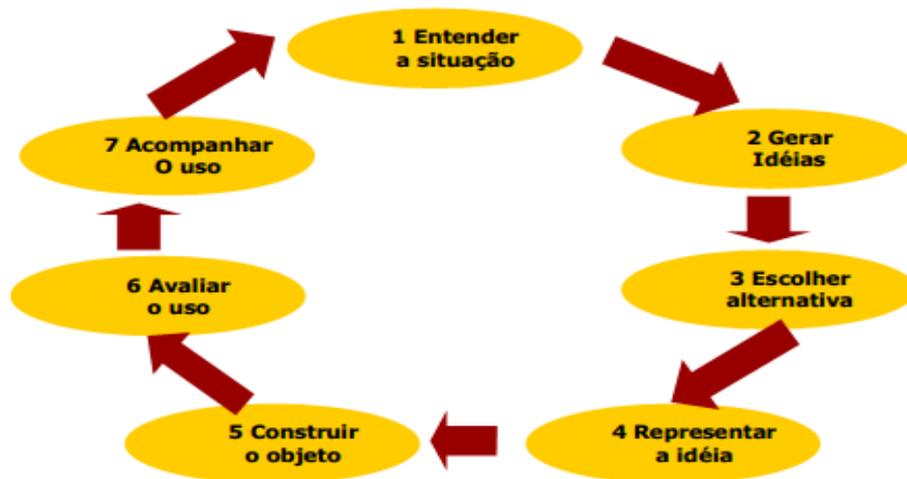


ILUSTRAÇÃO 1: Fluxograma para desenvolvimento de ajudas técnicas.

Fonte: Brasil. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002, fascículo 1.

Para melhor organizar e explicar didaticamente as informações do fluxograma foi produzido o quadro abaixo delineando os aspectos teóricos mais pertinentes à inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas regulares.

1-Entender a situação que envolve o estudante	Escutar seus desejos. Identificar características físicas/psicomotoras. Observar a dinâmica do estudante no ambiente escolar. Reconhecer o contexto social.
2-Gerar idéias	Conversar com usuários (estudante/família/colegas). Buscar soluções existentes (família/catálogo). Pesquisar materiais que podem ser utilizados. Pesquisar alternativas para confecção do objeto.

3-Escolher a alternativa viável	Considerar as necessidades a serem atendidas (questões do educador/aluno). Considerar a disponibilidade de recursos materiais para a construção do objeto – materiais, processo para confecção, custos.
4-Representar a ideia (por meio de desenhos, modelos, ilustrações.).	Definir materiais. Definir as dimensões do objeto – formas, medidas, peso, textura, cor, etc.
5-Construir o objeto para experimentação	Experimentar na situação real de uso.
6-Avaliar o uso do objeto	Considerar se atendeu o desejo da pessoa no contexto determinado. Verificar se o objeto facilitou a ação do aluno e do educador.
7-Acompanhar o uso	Verificar se as condições do aluno mudam com o passar do tempo e se há necessidade de fazer alguma adaptação no objeto.

TABELA 2 – Delineamento dos aspectos do fluxograma para desenvolvimento de ajudas técnicas.

O quadro acima traz explícito a melhor forma de trabalhar uma metodologia dirigida a alunos com deficiência. É primordial conhecer bem o aluno, suas dificuldades, seus saberes, e a partir desse princípio definir a melhor forma de trabalhar os objetivos a serem atingidos.

Para auxiliar em sala de aula os professores podem utilizar recursos diferenciados, tanto na escrita como na linguagem, e os mesmos ainda podem trabalhar coordenação motora. Segundo a obra Portal de Ajudas Técnicas do Ministério da Educação o recurso quanto menos estruturado, maior será as possibilidades de uso pelo professor, pois abrangeria uma grande variedade de atividades que poderiam ser empregados. O recurso deve ser selecionado de acordo com objetivo a ser alcançado.

Seguem abaixo alguns exemplos de recursos facilitadores na educação:



ILUSTRAÇÃO 2- Dominó das cores.

Dominó das Cores: Facilita a nomeação das cores, a discriminação visual e a correspondência um a um. As peças ampliadas permitem melhor manuseio aos alunos com dificuldade de preensão.

Descrição: Este material é feito em madeira, medindo 4 cm de comprimento, 9 cm de largura e 1 cm de espessura. Cada peça possui duas cores. A pintura é feita com tinta lavável.

Adaptação: Elaine Cristina de Moraes.



ILUSTRAÇÃO 3- Dominó com figuras geométricas.

Dominó de figuras Geométricas: Permite a discriminação visual e tátil das figuras geométricas. O jogo pode ser manuseado sob a carteira ou na posição “em pé”, permitindo movimentos de flexão e extensão de braços. As peças com ímãs facilitam a fixação sobre o tabuleiro, principalmente, aos alunos com dificuldade no manuseio.

Descrição: Este dominó é de madeira e possui as figuras geométricas (círculo, quadrado, triângulo) em relevo, pintadas nas cores azul, vermelho, amarelo e verde. Sob cada peça foi colocada um ímã. As peças são utilizadas sobre um tabuleiro de latão revestido com papel contact.



ILUSTRAÇÃO 4- Cartões com símbolos.

Cartões sobre arquivos de símbolos

Na figura acima temos um fichário com vários símbolos, organizados por tipos e cores (substantivos-alaranjados, adjetivos-azuis, verbo-verde, sujeitos-amarelos, expressões sociais em rosa e miscelâneas em branco).



ILUSTRAÇÃO 5 – Letras em madeira e números em EVA, em fita com velcro.

Alfabetos móveis de vários tamanhos e materiais que possam se fixar por imã ou velcro são úteis na produção das primeiras palavras escritas. O alfabeto móvel em cubos de madeira, facilitando a aderência e a fixação de cada letra durante sua formação. As letras e os números móveis são fixados sobre uma tira de velcro, que está colada sobre uma cartolina preta. Já o velcro facilita a aderência e a fixação de cada letra durante a formação da palavra.

Os exemplos acima citados são alguns dos vários recursos didáticos que os professores podem estar adotando em sala de aula como meio facilitador, para trabalhar com alunos especiais. O docente pode construir ou adaptar o recurso de acordo com a necessidade do aluno, tendo em vista seus objetivos.

5 REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS COLETADOS NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

5.1 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados aos professores

Foram aplicados questionários com quatro professores, sendo que todos aceitaram participar e responder as questões propostas, mas somente três devolveram o questionário respondido.

Na primeira pergunta os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre como a escola tem tratado a aluna Marina no que se refere à inclusão escolar. Dois professores responderam que o processo de inclusão ocorre regularmente e o terceiro informou que ocorre de maneira especial. Foi explicado previamente aos sujeitos da pesquisa que “regularmente” significa o processo de inclusão que ocorre similar aos alunos sem deficiência e que o “especial” significaria a adaptação do ensino e avaliação. Seguem abaixo os comentários dos professores acerca de suas respostas.

Modelo regular. A aluna participa de modo especial, as tarefas são diferenciadas de acordo com a necessidade dela (Professora A).

Modo regular. A aluna em referência participa das aulas de modo regular, pois as atividades propostas não impedem a mesma de esta inclusa, se não participa não é pela didática ou estratégia ministrada (Professora B).

Modo especial. Por ser uma aluna com Síndrome de Down. E no meu ponto de vista ela não é diferente dos outros alunos, empenha-se a ela igualmente as outras diversidades escolares (Professor C).

A professora **A** diz que Marina é tratada de modo especial e que as tarefas são diferenciadas, mas não foi isso que ficou demonstrado durante o período que ocorreu a observação. Era imperceptível um tratamento especial, menos ainda tarefas diferenciadas, e havia tarefas diferentes quando a pesquisadora chegava, pois a professora dava um jeito de improvisar uma atividade, notou-se que foram utilizadas de maneira tradicional cópias de livros pra a aluna pintar ou para colar pedaços de papel, mas não havia algum enunciado para que ela fizesse aquilo.

Ainda sobre a professora **A**, outro dia foi utilizada uma atividade que permitia uma reflexão atenciosa em termos de cuidado, mas foi observado que a professora pegou apenas

uma folha de papel e chamou Marina para uma atividade com tinta guache, a mesma passou tinta guache nas mãos da aluna e pediu que apoiasse as mãos no papel, em seguida mostrou o papel com a marca das suas mãos e disse “olha essa é sua mão esquerda e essa é sua mão direita”, repetiu duas vezes e levou a menina para lavar as mãos, em seguida passou tinta somente no pé direito da aluna e colocou no papel e disse: esse é seu pé direito, e o outro é o esquerdo.

É preciso refletir por qual motivo ela não pintou os dois pés igualmente ao que foi feito com as mãos, pois essa forma que foi dirigida a metodologia pode deixar dúvidas no aprendizado da criança com SD. Como diz (RAMOS 2008), é necessário que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma moderada, visto que as chances dela esquecer são mínimas, o que torna o processo lento e gradual compensatório.

De acordo com a Professora B, a aluna é tratada de modo regular, e ainda ressaltou que se a mesma não participa das atividades, o motivo não está na didática proposta para as aulas, se ausentando de qualquer responsabilidade.

O professor C diz que ela é tratada de forma especial, porém afirma que a Marina não necessita de atividades diferenciadas em suas aulas, fazendo desta forma um mascaramento para se desvencilhar de responsabilidades a ele cabíveis. De acordo com Sasaki (2003, p. 5):

Não devemos esconder ou camuflar a deficiência, e devemos identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

Na segunda pergunta os sujeitos foram questionados quais atividades educativas específicas são desenvolvidas para Marina. E se ocorrem adaptações das atividades escolares para a mesma. Pois sendo uma aluna com SD, o seu atendimento deve ser diferenciado. Seguem abaixo os comentários dos professores acerca de suas respostas.

Trabalho a coordenação motora: pintura, recorte, colagem, atividades diversificadas e motivadoras (Professora A).

Na minha aula nenhuma. Pois todas as aulas são voltadas para crianças com a mesma idade da referida aluna (Professora B).

Por ser professor de informática, trabalho com ela todas as atividades lúdicas que trabalhe a coordenação motora e o seu desenvolvimento intelectual (Professor C).

A professora A relata sobre atividades diferenciadas, todavia foram aplicadas de forma simplória e desinteressada, ficando exposto que se a aluna produzisse ou não o trabalho proposto não seria importante.

É possível compreender que lecionar aulas em uma turma com vinte alunos e com uma criança especial matriculada demanda um nível de trabalho intenso, visto que há necessidade de atividades diferenciadas para cada público-alvo, porém este período que foi possível acompanhar a trajetória escolar de Marina, havia uma estagiária em sala (aluna graduanda do curso de Pedagogia) disponibilizando assim um tempo onde a professora poderia ter se dedicado especificamente à aluna com SD.

A professora B mais uma vez relata a ausência de atividades diferenciadas em suas aulas, justificando que são dirigidas para alunos da mesma faixa etária. Todavia é preciso ressaltar que Marina, apesar de ter a mesma idade das outras crianças, tem um aprendizado diferente e necessita de atividades adaptadas, e que possam ser integradas aos outros alunos, dessa forma evitando a exclusão da mesma.

O professor C relata que aplica atividades lúdicas que desenvolvem a coordenação motora da aluna Marina. No entanto o mesmo disponibilizava apenas a sala de informática onde recebia os alunos que ficavam sem nenhum acompanhamento por parte do docente. Fato que aconteceu com a aluna especial, pois não havia um profissional responsável que a acompanhasse na utilização do equipamento.

Na terceira pergunta os sujeitos foram questionados sobre suas percepções a respeito da (evolução) na aprendizagem da Marina, se era possível notar um bom desempenho da mesma ou se ela não havia progredido, desde o início do ano até o presente momento. Nesse caso todos responderam de forma positiva quanto ao desenvolvimento da aluna com Síndrome de Down. Suas respostas demonstram que houve um avanço na sua formação psicomotora:

Sim. Ela melhorou até mesmo na fala, pois quando chegou aqui ela não conversava nada (Professora A).

Sim. Quase sempre está participando da aula da mesma forma dos outros alunos (Professora B).

Sim. Assim como os demais alunos a aluna em questão, tem obtido bons resultados apesar dela não parar de apertar todos os botões do computador (Professor C).

Quanto à questão quatro, no que diz se os profissionais da educação possuem alguma formação específica para exercer sua função no desenvolvimento social de alunos com

deficiência, em especial, alunos com Síndrome de Down. Foram obtidas as seguintes respostas:

Não (Professora A).

Mais ou menos. Na minha graduação paguei disciplinas como: Educação Física adaptada para pessoas com necessidades especiais (Professora B).

Não. A única formação que tenho são algumas cadeiras do curso de Pedagogia que trata do assunto (Professor C).

Tal formação para promoção da inclusão torna-se necessário para que possamos compreender de que forma poderá se trabalhar com esses alunos, de como pode se obter melhor êxito no crescimento educacional e social dessas crianças. As leis garantem formação para os docentes, mas fica o questionamento sobre o porquê não se torna realidade, bem como sobre o porquê da ausência dessa formação acessível a todos.

Na quinta questão foi requerida para que os sujeitos da pesquisa citassem pontos positivos e negativos quanto à presença da aluna Marina na escola. As respostas que os professores ficaram responsáveis para retribuir seus conhecimentos e experiências no questionário foram de fato positivas.

Positivos: O interagir com os colegas faz com que não fique isolada. Negativo: O desenvolvimento é lentamente e a escola não tem sala de recursos (Professora A).

Positivos: assiduidade, bem recebida e aceita por todos na escola. Negativo: mesmo presente, não participa da aula, pois fica muito tempo disperso pelas dependências da escola (Professora B).

Positivos: Inclusão escola, e acessibilidade. Negativos: Falta capacitação para os professores (Professor C).

Durante o período de observação de Marina na escola, foi possível identificar um bom relacionamento com seus colegas e funcionários da escola, onde a mesma se apresenta muito ativa, cheia de atitudes, independente e carismática. Nesse sentido, os fatos observados coincidem com as falas dos professores.

Na sexta questão foi abordada a maneira de como é avaliado o desempenho da aluna.

A aprendizagem é lenta dificultando o trabalho de alfabetizar (Professora A).

Muito lenta não impossível (Professora B).

Avalio de forma boa dando uma nota de zero a dez, fico com seis e meio (Professor C).

A ideia inicial era que os sujeitos dispusessem os métodos por eles utilizados para avaliação. Porém as respostas não são satisfatórias sob o ponto de vista da LDB, pois se

necessita de métodos de avaliação diferenciada para crianças com deficiência, o que não está ocorrendo no caso da aluna Marina.

Ao serem questionados sobre que estrutura a escola possui para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down, as respostas foram as seguintes:

Nenhuma estrutura (Professora A).

Nas aulas de Educação física que é o meu caso nenhuma estrutura á escola possui para o alunado no geral (Professora B).

A escola não tem nada a mais para oferecer a ela no presente momento, a não ser a mesma forma de ensino dos demais alunos. Não por culpa dos gestores da escola, mas sim, por não ter ainda recebido as devidas condições para os alunos especiais (Professor C).

Como foi observada na pesquisa de campo a estrutura da escola não é satisfatória, as salas de aula são pequenas, algumas pouco ventiladas, não há um pátio para as crianças realizarem suas aulas de Educação Física, a instituição de ensino não possui biblioteca, não existem materiais didáticos apropriados para alunos com deficiência. Portanto, os fatos observados coincidem com as falas dos professores.

Foi solicitado aos sujeitos da pesquisa que comentassem sobre a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola.

A relação é excelente, pois ela conquista a simpatia de todos. (Professora A)

Ótimo, todos que fazem a comunidade escolar Século XXI o se tratam de igual para igual, respeitando os limites de cada um (Professora B).

Ela tem a mesma atenção que os outros alunos tem, só que por ser especial quase todos os alunos compreende e socializam com ela sem nenhum preconceito (Professor C).

Referente ao assunto abordado acima, foi possível perceber um bom relacionamento da aluna com seus colegas e funcionários, porém Marina fica muito tempo ausente da sala de aula andando pelas dependências da escola, sem nenhum tipo de atividade direcionada.

Durante o período de observação realizado pela pesquisadora em vários momentos a menina esteve na sala da direção onde entrava muitas vezes sem ser notada e aos poucos começava a mexer na impressora fazendo cópias de qualquer coisa que desejasse, o mesmo acontecia no computador. Às vezes havia intervenção da coordenadora, que a convidava a se retirar da diretoria e ir para sua sala, mas a mesma muitas vezes se negava e tinham que chamar a professora dela para levá-la.

A nona pergunta questiona qual é a maior dificuldade que os sujeitos da pesquisa encontraram ao trabalhar com a Marina:

Uma das dificuldades foi fazer com que ela ficasse sentada para concluir as tarefas

aplicadas (Professora A).

É fazer com que ela fique na aula do início ao fim (Professora B).

Ela não fica quieta e esta a todo instante ligando e desligando os computadores (Professor C).

Essa questão faz alusão ao que foi comentado na questão anterior. Com relação à didática utilizada pelo professor C em suas aulas, foi possível perceber que não havia nenhum tipo de intervenção durante o uso dos computadores, principalmente com a aluna com SD, pois como foi comentado anteriormente precisa de um acompanhamento mais próximo dos seus professores.

A escola é um ambiente que oferece espaço para o aprendizado, e os profissionais da educação devem estar capacitados para transferir seu conhecimento. A décima questão solicitou para que os professores dessem sugestões de como a escola poderia trabalhar para um melhor desenvolvimento inclusivo e educacional da Marina:

Qualificar os profissionais, contratar auxiliares, adaptar salas de apoio e suporte para os alunos especiais (Professora A).

Conhecer como a mesma é tratada em casa, qualificar todos os profissionais, impor limites, ou seja, dizer sim, mas também dizer não e explicar o porquê (Professora B).

Se o estado ou município oferecerem capacitação, ou uma pessoa que tivesse o pleno conhecimento no tema a ser debatido (inclusão escolar) (Professor C).

Podemos notar que todos estão cientes das principais necessidades da instituição e dos seus colaboradores, todavia mantém-se a mesma didática e atitude profissional de quem não conhece o assunto ou a importância de adaptações que devem ser feitas ao se trabalhar com crianças com deficiência. Nesse sentido as falas coincidem sobre a necessidade de qualificação.

Como sujeitos atuantes do cotidiano escolar dessas crianças tornam-se necessário que os mesmos estejam atualizados das mudanças que ocorrem ao seu redor, sendo assim seres transformadores. Focando isso, a presente questão indaga ao professor qual a formação e qual (ais) disciplina ministra na escola:

Graduada em Pedagogia e pós graduada em psicopedagogia. Ministro polivalência no 1º ano (Professora A).

Pós graduanda em Gestão e Supervisão Escolar e graduanda em Educação Física a qual estou ministrando (Professora B).

Formado em Normal Superior com complemento em Pedagogia. cursando o 4º período de Biologia. Ministro as aulas de informática (Professor C).

No que se refere à formação dos professores que atuam no cotidiano escolar de Marina, pode-se afirmar que todos têm idoneidade de adaptar sua metodologia para que possam ajudar de forma objetiva no crescimento social da aluna com SD. Apesar dos docentes não terem especialização ou capacitação em Educação Especial.

Na última questão foi lançada a pergunta que os sujeitos da pesquisa respondessem quantas vezes durante a semana tem contato com a aluna com Síndrome de Down:

Todos os dias da semana (Professora A).

Diariamente de segunda- feira à quarta- feira pela manhã, pois é o horário que estou na escola (Professora B).

Diretamente em sala de aula, somente uma vez, mas topo a todo instante com ela (Professor C).

A pergunta feita tinha o intuito de esclarecer quantas aulas por semana cada professor tinha com Marina. Foi possível observar através das respostas dos professores que há contato frequente, porém somente a professora “A” tem um convívio diário com a aluna, enquanto os outros dois apenas uma vez por semana durante as suas respectivas aulas. O fato pôde ser constatado através do contato em que a pesquisadora teve com os mesmos.

Essas informações foram importantes para que houvesse um conhecimento maior sobre as possibilidades de intervenções feitas pelos docentes. Porém não é necessário um contato diário para que haja um trabalho diferenciado, mas que a sua metodologia seja voltada a facilitação do aprendizado da aluna com Síndrome de Down.

5.2 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados aos pais

A primeira indagação feita aos pais de Marina teve o intuito de abrir espaço para expressarem de que forma eles veem o trabalho desenvolvido pela escola para a inclusão da criança com Síndrome de Down.

De modo especial (Pai).

De modo regular. Não é tratada como deveria ser falta acompanhamento de outra professora para a ajudar (Mãe).

Durante o período em que a pesquisadora acompanhou Marina no seu cotidiano escolar foi perceptível que somente o pai da aluna frequentava a escola, através de conversas informais a professora titular afirmou que o contato com a mãe da aluna com SD foi mínimo.

Com relação ao tratamento de todos para com Marina torna – se regular por não ter um acompanhamento específico, para com a aluna.

Ao serem abordados se os pais tinham conhecimento sobre atividades educativas específicas desenvolvidas para Marina e se ocorriam adaptações em suas atividades escolares, os mesmos responderam o seguinte:

Está mais ou menos e o desenvolvimento é lento e falta desejo (Pai).

Não vejo que falta muito, pois não existem essas atividades educativas e se tem não esta sendo desenvolvido, falta muito os governantes tem que enviar mais essas atividades (Mãe).

Ao ver as respostas podemos notar o pouco entendimento do pai da aluna com relação ao assunto inclusão escolar. Quando a mãe afirma que falta muito e se existe as atividades específicas não estão sendo desenvolvidas, ela deixa clara a ausência deles durante a escolarização da filha. No decurso dos dias de observação realizados para a presente pesquisa Marina não levou nenhum tipo de atividade para casa.

A terceira pergunta questionou os sujeitos da pesquisa sobre o conhecimento adquirido pela aluna com SD, se era possível perceber uma melhoria (evolução) na sua aprendizagem.

Sim. Ela já aprendeu as vogais os numerais, as cores e desenvolveu muito mais a pintura (Pai).

Não. Não vi melhoria nenhuma, pois o que ela aprendeu ela já sabia, foi muito pouco (Mãe).

Ao chegar à instituição onde foi realizada a pesquisa, a professora titular de Marina em uma conversa informal comentou que a mesma não sabia de nada, e que não queria realizar as atividades. Porém durante os dias de contato com Marina notou que a aluna já conhecia as vogais e as cores, assim subtende que trouxe saberes da outra instituição onde estudava, portanto a fala dos pais frisa que a aluna não teve um desenvolvimento satisfatório durante o período em que esteve matriculada na escola pesquisada.

Sabemos que as leis garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiências nas escolas da Rede Regular de Ensino, nesse sentido foi indagado aos pais de Marina se a mesma em alguma situação já havia sido rejeitada por alguma instituição escolar. Segue as respostas:

Sim, não. Por que minha filha onde ela chegar é bem recebida e conquista as outras crianças (Pai).

Não. Sempre foi bem recebida principalmente na escola B. N. e também na escola Século XXI, todos tratam ela bem (Mãe).

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2004). (apud. NASCIMENTO, 2008, p. 2)

Segundo as falas, constata-se que o que diz a Constituição Federal de 1988 está sendo cumprida.

Na seguinte questão foi abordada se a escola dispõe de algum programa governamental para a inclusão de alunos com deficiência. As respostas foram:

Sim. O governo criou escola para crianças que tem Síndrome de Down, isso é muito importante (Pai).

Desconheço. Se tem não é trabalhado como diz a lei falta muito principalmente um professor só pra ela (Mãe).

É imprescindível que a instituição se mantenha atenta a projetos criados para a facilitação do desenvolvimento escolar de alunos com deficiência, e que os gestores não se acomodem, deixando de procurar capacitação para seus colaboradores, transformando o ambiente escolar mais inclusivo e apropriado para todos que ali frequentam. Nesse sentido, foi possível perceber que a escola precisa de investimentos em infraestrutura e por isso é preciso recursos.

Sabendo da importância que tem um espaço amplo, materiais didáticos apropriados para a educação de crianças, sejam elas deficientes ou não, é necessário questionar se a escola possui estrutura para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down. As respostas obtidas foram:

Precisa de duas professoras para ensinar essas crianças (Pai).

Nenhuma (Mãe).

As falas dos pais deixa claro que há uma necessidade de aperfeiçoamento, sobre o atendimento feito à Marina. A mãe frisa na sua fala que a instituição não possui nenhum tipo de estrutura para o atendimento de crianças com deficiência em especial Síndrome de Down.

Na sétima questão o assunto abordado foi a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola. Para esse questionamento os sujeitos responderam:

A aluna tem uma relação diferente, porque às vezes ela sai da carteira dela, e mexe nos materiais escolares dos colegas (Pai).

É bastante difícil, pois não reclamam ela e não dão regras para ela obedecer precisa dessas duas coisas ter limite e falar pra ela o que é certo e o que é errado e seguir regras (Mãe).

A fala dos pais da aluna trouxe a preocupação com o seu comportamento, deixando expresso, a falta de regras para com Marina. Porém “ao tratar do comportamento físico

adaptativo, Bigge (1982) (apud SASSAKI,1999, p 18) afirma que a independência é uma necessidade básica para promover autoestima, sendo fundamental para o relacionamento com outras pessoas”.

Nesse sentido podemos afirmar que Marina é totalmente independente, a mesma utiliza o banheiro, pega seu lanche e bebe água sem ajuda de outras pessoas, porém com frequência ela sai da sala de aula para fazer tais atividades e assim de certo modo atrapalha os alunos de outras classes desviando a atenção.

A educação não se detém a simplesmente ensinar a ler e escrever, pois envolve a construção de um ser social. Tendo em vista que a escola deve ser o ambiente onde nossas crianças terão o primeiro contato com regras e a convivência com as diferenças, nesse intuito é necessário que os educadores estejam atentos.

A oitava pergunta trouxe o questionamento de como é o comportamento de Marina quanto ao ir à escola.

Ao ir a escola ela tem um comportamento nuns aspectos e em outros não (Pai).

Regular quando sai para o banheiro demora e vai é para outras salas (Mãe).

Essa questão tinha como intuito conhecer melhor o comportamento da aluna com SD, especificando como ela agia ao sair de casa para a escola, se gostava, se reagia de forma negativa. Porém as respostas obtidas foram confusas e deixando a pesquisadora sem as respostas ao seu questionamento.

Porém durante a pesquisa de campo em nenhum momento foi notado a falta de vontade de Marina de estar ali presente, então subtende – se que o sujeito da pesquisa gostava de ir a escola, o que facilita o seu desenvolvimento.

A nona pergunta feita aos sujeitos da pesquisa foi: Qual a opinião deles sobre os métodos de avaliação propostos à Marina? Essa questão tinha como objetivo que os pais comentassem sobre qual tipo de avaliação era realizada com a aluna, se na opinião dos mesmos era satisfatório.

Dar regras e limites a mesma e fazer com que ela obedeça, com dialogo saudável (Pai).

Fazer com ela conheça regras e respeite as, desenvolver as habilidades corretas, chamar a atenção dela quando precisar (Mãe).

As respostas obtidas pelos sujeitos da pesquisa não foram satisfatórias, pois ficou clara a falta de conhecimento sobre o assunto envolvido, que é de fundamental importância, pois como afirma Sasaki:

O conhecimento do nível de desenvolvimento cognitivo é importante para saber como o estudante desempenha as tarefas, para comparar seu desempenho atual com o anterior, ou ainda para comparar seu desempenho com seus pares não deficientes (SASSAKI, 1999, p. 17).

A última questão solicitou aos pais de Marina sugestões de como a escola poderia trabalhar para o seu melhor desenvolvimento educacional e inclusivo.

Colocando mais uma professora para Marina que ela sente bem reforçada (Pai).

A escola tinha que ter no mínimo dois professores e ver as dificuldades, e trabalhar a realidade da Marina e trabalhar em cima disso (Mãe).

Para os pais a escola necessita de uma professora específica para a aluna, porém mesmo a escola tendo uma professora que trabalhe somente com a aluna com SD, ainda falta os recursos e materiais didáticos para a realização de uma educação de qualidade.

5.3 Apresentação e análise dos dados dos questionários aplicados às Diretora e Coordenadora Pedagógica

Na primeira pergunta os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre como a escola tem tratado a aluna Marina no que se refere à inclusão escolar. A resposta obtida foi que o processo de inclusão ocorre regularmente

Modo regular. Tratamento com igualdade (Diretora).

Modo regular. Ela participa de todas as atividades da escola (Coordenadora).

A resposta obtida deixa claro que o atendimento a aluna com Síndrome de Down não é apropriado, pois deveria ser um atendimento especial e inclusivo.

Na segunda questão foram questionadas que atividades educativas específicas são desenvolvidas para Marina, bem como se ocorrem adaptações das atividades escolares para a aluna. Segue as respostas:

Jogos, brincadeiras, tarefas diversas, mais ou menos (Diretora).

As atividades são as mesmas dos outros educandos, só são as atividades escolares. Tarefas que são diferenciadas (Coordenadora).

Nas respostas a cima tem uma contradição, pois uma diz que são realizados jogos, brincadeiras, enquanto a outra disse que as atividades escolares são executadas igualmente a todos os educandos. Porém como já foi discutido em capítulos anteriores o aprendizado do aluno que tem Síndrome de Down é lento e moderado, diferente das crianças consideradas normais.

Por esse motivo há a necessidade de atividades diferenciadas e adaptadas, e que não estão sendo realizadas, embora a fala da direção diga o contrário.

A terceira pergunta abordou sobre o desenvolvimento de Marina, se é perceptível uma melhoria (evolução) na sua aprendizagem desde o início do ano letivo até o presente momento, quando foi realizada a pesquisa. As respostas obtidas foram:

Sim. Interação (Diretora).

Sim. Ela aprendeu lidar melhor com as outras pessoas (Coordenadora).

As falas da diretora e coordenadora remetem a uma melhoria no aprendizado da aluna. Pois para o aluno com deficiência qualquer que seja a evolução nos seus saberes é importante tendo em vista as suas dificuldades de aprendizado.

No que se refere Educação Especial torna – se de extrema importância a preparação do docente ao exercer sua função, por isso o quarto questionamento foi: Você já passou ou proporcionou alguma formação para os professores poderem trabalhar com alunos com deficiência. As respostas a essa questão foram:

Não (Diretora).

Não. Nós não, pois esta formação vem de um órgão maior que é a Secretaria Municipal de Educação (Coordenadora).

Através da pesquisa de campo, pôde constatar a falta dessa formação para os docentes que estão diretamente ligados ao desenvolvimento educacional de Marina, como afirmam os sujeitos da pesquisa.

A coordenadora na sua fala se ausenta de responsabilidade por essa formação. Que apesar de ser de incumbência da Secretaria de Educação, deve ter uma participação direta dos gestores da escola, fazendo assim requerimentos de capacitação para os professores que formam a comunidade escolar Século XXI.

Na quinta questão foi solicitado aos sujeitos da pesquisa que indicassem pontos positivos e negativos quanto à presença da aluna Marina na escola. Para esse questionamento os sujeitos responderam:

Positivo: a interação com os amigos. Negativo: Porque não tem uma auxiliar (Diretora).

Pontos positivos é que as outras crianças aprendem a se relacionar com as diferenças. Ponto negativo é a falta de estrutura tanto física como pessoal. (Coordenadora).

Durante o período de observação foi possível notar a importância da convivência de Marina com as outras crianças para o seu crescimento social. As respostas mostram que a

presença da aluna na instituição exibe pontos positivos, pois os termos negativos acima citados são de referência estrutural.

A pergunta de número seis fez alusão a projetos criados pelo governo no intuito de melhorar o desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência. Nessa intenção os sujeitos da pesquisa foram indagados se a escola dispõe de algum programa governamental para a inclusão de alunos com deficiência?

Não (Diretora).

Não. A escola está em processo de adesão dos programas (Coordenadora).

A questão acima tinha como intuito de saber se escola Século XXI possuía algum projeto governamental na área de Inclusão Educacional, ou se estava em andamento algum projeto criado pela instituição, mas como fica evidente nas supracitadas respostas, a escola não possui nenhum tipo de trabalho nessa área.

Essa questão fez alusão a programas de inclusão, pois sabe-se a importância que este trabalho influencia na sociedade como um todo conforme frisa Sasaki (1999) em sua obra [...] “instituições são desafiadas a serem capazes de criar programas e serviços internamente e/ou de busca-los em entidades comuns da comunidade a fim de melhor atenderem as pessoas portadoras de deficiência”.

É preciso refletir sobre a importância de uma escola ampla, bem estruturada com recursos didáticos para uma educação de qualidade. Visando atingir o contexto mencionado, a sétima questão indagou, que estrutura a escola possuía para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down. Seguem abaixo as respostas da gestora e coordenadora:

Nenhuma (Diretora).

Não possui (Coordenadora).

Foi observado que a escola em que a aluna Marina frequentava não possuía um porte estrutural adequado para atender às necessidades de crianças com SD. Sendo tal fato confirmado pelas falas dos sujeitos da pesquisa.

A questão de número oito inquiriu os sujeitos sobre como é a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola. Suas respostas foram:

Se relaciona muito bem, não há discriminação (Diretora).

Boa, todos a respeitam e tem um carinho enorme por ela (Coordenadora).

Durante o período em que foi realizada a pesquisa de campo, foi possível constatar a veracidade das falas dos sujeitos. Marina se relacionava muito bem com todos que faziam parte do corpo escolar, sempre de forma dinâmica a aluna era respeitada por todos.

A nona questão abordou a relação docente/discente. E nesse sentido indagou qual foi a

maior dificuldade encontrada ao trabalhar com Marina.

Não ter profissional especializado (Diretora).

O movimento dela pela escola (Coordenadora).

As falas dos sujeitos da pesquisa fazem menção ao que foi visto durante a pesquisa de campo. No que diz respeito à falta de profissional especializado, e a movimentação da aluna por toda a escola durante as aulas, por falta de atividades dirigidas e acompanhamento específico.

Na pergunta de número dez os sujeitos foram convidados a expor opiniões através de sugestões, como a escola poderia trabalhar para um melhor desenvolvimento inclusivo e educacional da aluna Marina.

Capacitação para os professores sobre a inclusão educacional (Diretora).

Preparando projeto para serem desenvolvidos com ela (Coordenadora).

Nesse sentido, as respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, apontam para um desafio da Educação Brasileira, precisamente para a formação de professores. Freitas (apud Ensaio Pedagógico, 2006, p. 1) ressalta a necessidade de criar alternativas pedagógicas e processos de gestão escolares centrados no respeito às diferenças, dando a relevância merecida à discussão sobre a Educação Especial em âmbito nacional.

A última pergunta aplicada aos sujeitos foi: Qual a sua formação e qual função exercem na escola. As respostas:

Gestor (Diretora).

Sou formada em pedagogia com Pós- graduação em gestão e também sou formada em Letras-Português com Pós em Metodologia da Língua Portuguesa (Coordenadora).

Segundo as respostas dos sujeitos da pesquisa notou-se que a coordenadora possui formação para atuar na Gestão Escolar, papel fundamental para administração de tarefas essenciais para a educação e formação das crianças. Porém a resposta obtida referente à diretora não deixou clara a sua formação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi desvelado que frequentemente a aluna com SD passava despercebida aos olhos dos responsáveis pela sua formação social. Ficou exposto também à necessidade dos pais e familiares participarem com assiduidade do processo educacional. A responsabilidade de educar não cabe somente a escola, deve ser um trabalho em equipe família/escola.

A realidade vivida por Marina sujeito da pesquisa em questão é bastante diferente. Diante do que foi exposto tornou-se evidente que há uma associação ao paradigma da integração, e não inclusão, pois não ocorreu uma transformação da instituição escolar em prol do seu desenvolvimento, e sim uma integração de atividades sem adaptação desenvolvidas pelo corpo escolar no qual ela faz parte.

É importante ressaltar que o artigo 59 da LDB N° 9.394/96 supracitado, garante o acesso a educação de qualidade, mas cabe a sociedade fiscalizar e cobrar seus direitos, pois não é satisfatório o método de inclusão vivenciado pela nossa cultura.

O estudo conclui que devido a escola não possuir nenhum projeto de intervenção na área de Educação Especial ou programa governamental de apoio a Inclusão Escolar, não oferecia meios facilitadores para o crescimento educacional da aluna com Síndrome de Down, como também não possuía estrutura física ou pessoal adequada para o seu atendimento, como ficou explícito nos discursos emitidos nas respostas aos instrumentos de pesquisa.

Fica compreendido a partir das reflexões feitas que a capacitação de professores na área de Educação Especial ainda se encontra obsoleta, tornando-se visível a necessidade de oficinas em que os professores aprendam sobre metodologias de intervenção. Conclui também que a escola deve passar por uma reforma estrutural, onde haja mais recursos e materiais adequados para melhor atender os alunos com necessidades especiais.

7 REFERÊNCIAS

ANHÃO Patrícia Páfaro Gomes, PFEIFER Luzia Iara, SANTOS Jair Lício dos. **Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000100004> Acesso em: 10 de dez.2013

BISSOTO, M. L. **O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais.** Ciências & Cognição. Ano 02. Vol. 04, mar/2005. Disponível em: <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em 09. Jan. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Ensaio Pedagógico. **Construindo Escolas Inclusivas.** Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt>> Acesso em: 24 de nov. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Ensaio pedagógico. **Inclusão Escolar caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos2006.txt>> Acesso em: 21 de nov. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portal de Ajudas Técnicas.** Recursos Pedagógicos II. Brasília: ABPEE – MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/** Secretaria de Educação Especial- MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 12 de nov. 2013

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa /** Antonio Carlos Gil. - 5. ed. - São Paulo: Atlas,2010.

JANNUZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2006.

JESUS Denise Meyrelles de, BAPTISTA Roberto Cláudio, BARRETO Maria Aparecida Santos Corrêa, VICTOR Sonia Lopes. **INCLUSÃO, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**– Porto Alegre: Mediação, 2009.

JÖNSSON, Ture. **De la educación tradicional a la inclusiva: un cambio de prácticas.** En Marcha, Bruxela, n. 3, p. 6, maio 1996.

LDB - **Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, Nº 5.692/71. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm> Acesso em: 11 de nov. 2013.

LDB - **Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, Nº 9394/ 96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 11 de nov. 2013.

LDB - **Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, N°4.024/61. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 11 de nov. 2013.

LUIZ, Flávia M. R.; BORTOLI, Paula Saud de; SANTOS, Milena Floria; NASCIMENTO, Castanheira. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades.** (2008) Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300011> Acesso em: 14 de dez. 2013.

MACIEL, apud. SANTOS, Maria Nilena Moura. **A Inclusão de Alunos Portadores de Necessidades Especiais na Unidade Escolar Coelho Rodrigues da Rede Regular de Ensino em Picos – PI.** Monografia, 2009

MANTOAN Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar.** Disponível em: <http://www.cee.rr.gov.br/dmdocuments/educ_inclusiva.pdf > Acesso em: 24 de nov. 2013.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Integração Escolar do Portador da Síndrome de Down: Um Estudo Sobre a Percepção dos Educadores.** Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art05.pdf> Acesso em: 11 de nov. 2013.

NASCIMENTO, Marcia Leody Corrêa. **Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.nascimento.eng.br/marcia/02_down.pdf> Acesso em: 25 de nov. 2013.

RAMOS, apud. SERINO, **O Processo Ensino-Aprendizagem De Crianças com Síndrome de Down**, 2012. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Processo-Ensino-Aprendizagem-De-Crian%C3%A7as/454426.html>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

ROCHA, apud. SERINO, **O Processo Ensino-Aprendizagem De Crianças com Síndrome de Down**, 2012. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Processo-Ensino-Aprendizagem-De-Crian%C3%A7as/454426.html>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

SANCHES Isabel, TEODORO António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf> > Acesso em: 24 de nov. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como Chamar as Pessoas que Tem Deficiência.** Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/RomeuSasakiComoChamarasPessoas.doc > Acesso em: 11 de nov. 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em: 09 Jan de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Fotos da aluna Marina em alguns momentos registrado durante a pesquisa de campo.



Foto 01: Aluna na sala da biblioteca em horário de aula.



Foto 02: Aluna realizando tarefa de pintura com auxílio da estagiária.



Foto 03: Aluna no bebedouro em horário de aula.



Foto 04: Aluna observando seus coleguinhas em



uma brincadeira dirigida pela estagiária.

Foto 05: Colega de turma ainda em brincadeira e aluna observando.



Foto 06: Aluna em horário de aula percorrendo as outras salas de aula.



Foto 07: Aluna realizando atividade com tinta guache com auxílio da professora titular.



Foto 08: Aluna em horário de aula no pátio da escola com livros retirados da biblioteca.



Foto 09: Aluna em horário de aula fazendo cópias na sala da direção.



Foto 10: Atividade de pintura feita pela aluna.



Foto 11: Aluna realizando atividade de colagem com papel.

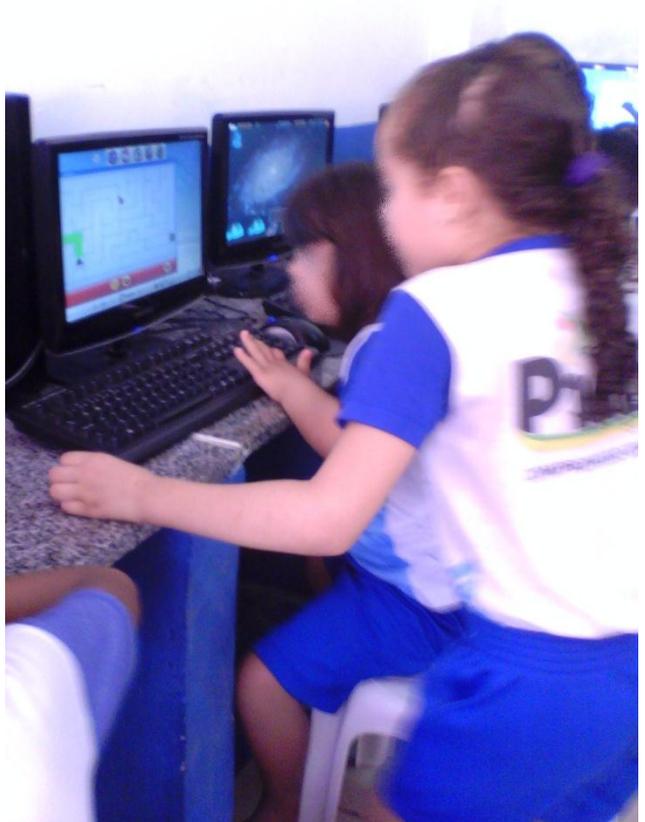


Foto 12: Aluna durante aula de informática com auxílio da colega de turma.

QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO A

Caro Professor, solicito a gentileza de responder o presente questionário destinado à coleta de dados para o trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da graduanda Maria Betânia de Alencar Rodrigues Moura sobre educação inclusiva da aluna com síndrome de down. Desde já Agradecemos sua valiosa contribuição

Questionário para os professores

1. Como a escola tem tratado a Marina no que se refere à inclusão escolar?

() de modo regular

() de modo especial

Comente:

2. Que atividades educativas específicas são desenvolvidas para Marina? Ocorrem adaptações das atividades escolares para a mesma?

3. Você percebeu uma melhoria (evolução) na aprendizagem da Marina desde o início do ano até o presente momento?

() sim () não

Comente:

4. Você já passou por alguma formação para trabalhar com alunos com deficiência?

() sim () não

Comente:

5. Cite pontos positivos e negativos sobre a presença da aluna Marina nesta escola.

6. Como você avalia o desempenho da aluna?

7. Que estrutura a escola possui para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down?

8. Como é a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola?

9. Qual é a maior dificuldade que você encontrou ao trabalhar com Marina?

10. Dê sugestões de como a escola poderia trabalhar para um melhor desenvolvimento inclusivo e educacional da Marina.

11. Qual a sua formação e qual (ais) disciplina ministram nesta escola.

12- Quantas vezes durante a semana tem contato com a aluna com Síndrome de Down?

Nome: _____

Turno e dias que trabalho: _____

QUESTIONÁRIO B

Caros pais, solicito a gentileza de responder o presente questionário destinado à coleta de dados para o trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da graduanda Maria Betânia de Alencar Rodrigues Moura sobre educação inclusiva da aluna com síndrome de down.

Desde já Agradecemos sua valiosa contribuição

Questionário para os Pais

1. Como a escola tem tratado a Marina no que se refere à inclusão escolar?

() de modo regular

() de modo especial

Comente:

2. Que atividades educativas específicas são desenvolvidas para Marina? Ocorrem adaptações das atividades escolares para a mesma?

3. Você percebeu uma melhoria (evolução) na aprendizagem da Marina desde o início do ano até o presente momento?

() sim () não

Comente:

4. Marina já foi rejeitada por alguma instituição escolar?

() sim () não

Comente:

5. A escola dispõe de algum programa governamental para a inclusão de alunos com deficiência?

() sim () não () Desconheço

Comente:

6. Que estrutura a escola possui para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down?

7. Como é a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola?

8. Como é o comportamento de Marina quanto ao ir à escola?

9. Qual sua opinião sobre os métodos de avaliação propostos à Marina?

10. Dê sugestões de como a escola poderia trabalhar para um melhor desenvolvimento inclusivo e educacional da Marina.

Nome: _____

QUESTIONÁRIO C

Caro Gestor, solicito a gentileza de responder o presente questionário destinado à coleta de dados para o trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da graduanda Maria Betânia de Alencar Rodrigues Moura sobre educação inclusiva da aluna com síndrome de down.

Desde já Agradecemos sua valiosa contribuição

Questionário para a Diretora e Coordenadora Pedagógica

1- Como a escola tem tratado a Marina no que se refere à inclusão escolar?

() de modo regular

() de modo especial

Comente:

2- Que atividades educativas específicas são desenvolvidas para Marina? Ocorrem adaptações das atividades escolares para a mesma?

3- Você percebeu uma melhoria (evolução) na aprendizagem da Marina desde o início do ano até o presente momento?

() sim () não

Comente:

4- Você já passou ou proporcionou alguma formação para os professores poderem trabalhar com alunos com deficiência?

() sim () não

Comente:

5- Cite pontos positivos e negativos sobre a presença da aluna Marina nesta escola?

6- A escola dispõe de algum programa governamental para a inclusão de alunos com deficiência?

() sim () não

Comente:

7- Que estrutura a escola possui para atender às necessidades da aluna com Síndrome de Down?

8- Como é a relação da aluna Marina com os outros alunos e com os funcionários da escola?

9- Qual é a maior dificuldade que você encontrou ao trabalhar com Marina?

10- Dê sugestões de como a escola poderia trabalhar para um melhor desenvolvimento inclusivo e educacional da Marina.

Nome: _____